

A POSSIBILIDADE DA MUDANÇA DE CARÁTER NA *ÉTICA À NICÔMACO*.

VINÍCIUS CEZAR BIANCHI¹;
JOÃO HOBUSS²;

¹Universidade Federal de Pelotas/ filosofia– bianchi.filosofia@gmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas– joao.hobuss@gmail.com 2

1. INTRODUÇÃO

Este resumo tem como objeto de análise e investigação a obra de Aristóteles, *Ética à Nicômaco*, (1103a15-1103b5; 1113b5-1114b25; 1150a9-22), especificamente no que diz respeito à questão sobre a possibilidade da mudança de caráter. As passagens que serão abordadas parecem, de algum modo, possibilitar uma leitura determinista da aquisição de caráter pelo hábito, sendo o determinismo a tese que defende de maneira geral a impossibilidade de deliberar livremente sob qualquer situação. Porém, no que concerne ao determinismo aqui tratado, este será analisado sob a perspectiva da mudança de caráter.

Encontramos na passagem 1103a15-25 uma leitura que evidenciaria um viés não determinista, onde o autor afirma claramente que “nenhuma virtude moral se engendra em nós por natureza”, e que “nada do que existe por natureza se habitua a ser diverso”. E, adiante, parece endossar novamente esta tese (não determinista):

Visto que o fim é, então, objeto do querer e que as coisas que conduzem ao fim são objeto de deliberação e de escolha deliberada, as ações que concernem a elas são por escolha deliberada e voluntárias. As atividades das virtudes envolvem estas coisas. Assim, por certo virtude está em nosso poder, bem como o vício. Com efeito, naquelas coisas em que o agir está em nosso poder, igualmente está o não agir, e naquelas nas quais o *não* está em nosso poder, também está o *sim*, de sorte que, se está em nosso poder agir, quando é belo, também o não agir estará em nosso poder, quando é desonroso, e se o não agir, quando é belo, está em nosso poder, também estará em nosso poder agir, quando é desonroso. Se está em nosso poder fazer as coisas belas e as desonrosas, e similarmente o não fazer, e se é isto sermos bons e sermos maus, está em nosso poder, por conseguinte, sermos equitáveis e sermos maus. (1113b2-b14)

Aristóteles nesta passagem, parece compreender evidentemente que o agente pode sim realizar uma escolha deliberada, e, por conseguinte, escolher voluntariamente suas virtudes e vícios, dizendo *sim* ou *não* em dadas circunstâncias; agindo quando é belo, e não agindo quando é desonroso. Portanto, nossa disposição de caráter é obrigatoriamente deliberada voluntariamente como boa ou má, imputando esta responsabilidade ao agente visto que seu caráter se engendra não por natureza, mas sim, pelo exercício do hábito e da deliberação.

A definição da tese libertarista, (onde o agente é o responsável por suas escolhas deliberadas) pode ser aceita sem grandes dificuldades nesta passagem (1113b2-14). Porém, adentrando no mesmo capítulo em que se realiza a análise, obtemos uma evidência textual que compromete tal entendimento sobre esta definição e sobretudo ao que tange às deliberações voluntárias das ações virtuosas e viciosas, dando margem à compreensão de uma abordagem determinista da disposição de caráter:

O ignorar que as disposições provêm do exercitar-se nos atos particulares é marca de alguém totalmente insensível; mais ainda, é irracional que o homem que comete uma injustiça não pretenda ser injusto ou que o homem que cai na intemperança não pretenda ser intemperante; se alguém pratica as ações pelas quais se tornará injusto, não ignorando, ele é voluntariamente injusto. Todavia, isto não significa que, sendo injusto, cessará de o ser quando quiser e ficará justo; tampouco o doente cessa de estar doente e fica são quando quer. Contudo, se assim ocorre que leva uma vida de modo acrático e não obedece aos médicos, adoecerá voluntariamente. Por um lado, era-lhe, em um momento, possível de não adoecer; tendo dissipado a saúde, não lhe é mais possível, assim como não é mais possível àquele que lançou uma pedra recuperá-la; no entanto, estava em seu poder o lançar, pois o princípio estava nele. Similarmente, era possível ao injusto e ao intemperante não se tornarem tais no início, e por isso o são voluntariamente. Porém, aos que se tornaram injustos ou intemperantes, não lhes é mais possível não o serem. (1114a10-22)

A relação que é feita entre o *agente acrático* (imprudente) com a tese não determinista do caráter, defendida em (1113b2-14), mostra-se, de alguma forma insustentável, pois nas passagens acima é clara a leitura sobre o agente que delibera de forma má reiterada vezes, e adquire uma disposição de caráter tal que lhe é impossível deliberar de modo contrário à sua disposição adquirida, sendo, assim, a possibilidade da mudança de caráter inviável. Condenando estará o agente a um determinismo com relação a suas más deliberações futuras. Logo, inexistente a possibilidade de deliberar para *sim* ou *não* para o injusto e o intemperante; segundo esta passagem. Obrigatoriamente, o agente deliberará conforme sua disposição adquirida e, portanto, determinada de forma injusta ou/e intemperante. Por fim, estará deliberando não voluntariamente e de modo determinado.

Um outro viés de interpretação também pode ser sustentado nestas mesmas passagens (1114a10-22). Afirma-se que embora o intemperante e o injusto possam se tornar incorrigíveis, isso não necessariamente compromete a possibilidade de uma tese libertarista de Aristóteles, já que no princípio ambos deliberariam sobre suas ações. De forma clara, esta ideia é explicitada com a analogia feita entre o doente, o injusto e o intemperante, onde embora não possam deliberar sobre o contrário (estar saudável, ser prudente, ser justo) *imediatamente*, ainda sim, são responsáveis, pois no princípio estavam sob seu poder ter bem deliberado, evitando assim suas consequências. Para além, há a possibilidade de se compreender que se a mudança do caráter for análoga ao exemplo do doente, então é possível que não sejam capazes de mudar *imediatamente*; mas, cabe a pergunta se seriam capazes de mudar progressivamente. Sob esta ótica, a evidência textual 1114a10-22, estaria inclinada ou passível de uma interpretação da tese determinista moderada. A saber, que há determinismo diante da impossibilidade da mudança de

caráter para o injusto e o intemperante; não necessariamente desconsidera a deliberação voluntária que existiu no passado. Então, em certo sentido, o determinismo e a vontade livre –deliberação-; não seriam auto excludentes. Em suma, o princípio da deliberação residiu no agente de modo livre *inicialmente*, entretanto, o injusto e o intemperante estariam condenados, ou determinados a suas consequências morais na *posteridade*; e quem sabe se até curáveis ao longo do tempo, se acaso a analogia entre doente e intemperante/injusto se mostrar uma evidência textual relevante.

Mas, esta posição determinista moderada, não estaria totalmente comprometida, se acaso, ainda dentro da *EN 1150a9-a22* não se evidenciassem mais passagens que inviabilizam a possibilidade de compreender as disposições de caráter adquiridas como na passagem 1113b2-14. ou seja, de modo *voluntariamente deliberado* (ao menos pelo homem intemperante):

Uma vez que alguns prazeres são necessários e outros não, e os que são necessários o são até um certo ponto, mas os seus excessos e deficiências não o são, e uma vez que isso é verdadeiro tanto no que diz respeito ao sofrimento quanto no que diz respeito aos apetites, é intemperante o homem que busca o excesso das coisas agradáveis ou busca em demasia as coisas necessárias, fazendo-o por sua própria escolha, por elas próprias e nunca por um resultado distinto delas, pois tal homem necessariamente não se arrependerá de seus excessos e é, por conseguinte, incorrigível, visto que as pessoas que não se arrependem não podem ser curadas (1150a9-1150a22)

Aristóteles parece compreender que os que não se arrependem, como deixa claro, não podem ser curados, e que isso é *necessariamente* uma consequência de ser um homem intemperante, pois “nada do que existe por natureza se habitua a ser diverso”. Parece ser o caso que o homem intemperante busca o *excesso das coisas agradáveis*, e não se arrepende *necessariamente*, e, portanto, torna-se intemperante porque é de sua *natureza* não se arrepender, logo, sua disposição de caráter de fato, não é adquirida. É o caso de o agente intemperante ser o que é, não por que delibera deste modo, mais sim porque é de sua natureza necessária não se arrepender. Então, por não se arrepender, o agente é intemperante, e não o contrário. A tese moderada sob a disposição de aquisição de caráter não se sustenta, já que por sua vez, parece não ser o caso que mesmo deliberando “voluntariamente”, o homem intemperante - mesmo antes que adquira tal disposição - é incapaz de bem deliberar, uma vez que não se arrepende das más ações e o faz voluntariamente por hábito, determinado de certo modo à má deliberação, pois sempre estará julgando ter bem deliberado, mesmo que não esteja.

2. METODOLOGIA

A metodologia estará baseada na análise exegética do texto aristotélico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, os resultados encontrados nas análises exegéticas das passagens abordadas da *Ética à Nicômaco*, devido a possibilidade de interpretações contraditórias em suas evidências textuais (1114a10-22 e 1150a9-1150a22), está inclinada a conceber a tese Aristotélica como determinista no que tange a possibilidade da mudança de caráter.

4. CONCLUSÕES

Diante das evidências textuais utilizadas na pesquisa, constata-se que é possível compreender a possibilidade da mudança de caráter como inviável (ao menos para o intemperante); e portanto uma tese determinista de Aristóteles pode ser assumida em certo sentido, especificamente quando o agente intemperante adquirir pelo hábito sua disposição caráter devido a sua natureza de não se arrepender, determinado a má deliberação e portanto a intemperança permanentemente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Ética Nicomáquea VII 7- VII 8*. Madri: Editorial Gredos, 1998.4v.
ZINGANO, M. *Ethica Nicomachea I 13 - III 8. Tratado da Virtude Moral*. São Paulo: Odysseus, 2008.